



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Subsecretaria da Receita Estadual

Nota Técnica nº SEF/SRE nº. 02/2021

Belo Horizonte, 09 de março de 2021.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA RECEITA TRIBUTÁRIA DE 2020

1. DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO

Os resultados da receita tributária alcançada pela SEF, não obstante a crise ocasionada pela pandemia da Covid-19, atingiram ao longo de 2020 a arrecadação de um resultado global de R\$ 60,98 bilhões (valores correntes), demonstrando um superávit de R\$ 636,82 milhões em relação ao exercício de 2019, conforme quadro abaixo.

A receita tributária, na comparação com o previsto na LOA, ficou 2,4% abaixo para o mesmo período. Isto já era esperado, em função dos impactos negativos da pandemia, principalmente no primeiro semestre do ano passado.

ANÁLISE RECEITA TRIBUTÁRIA - 2019 x 2020			
VALORES CORRENTES (EM R\$ 1.000)			
TRIBUTOS	2019	2020	%
ICMS	51.028.731	51.803.420	1,5%
IPVA	5.548.729	5.760.203	3,8%
ITCD	921.287	969.087	5,2%
TAXAS SEF	1.372.297	1.267.022	-7,7%
MULTAS ISOLADA ICMS	23.172	25.854	11,6%
MULTAS E JUROS SOBRE ICMS	599.880	451.564	-24,7%
MULTAS E JUROS SOBRE IPVA	313.710	321.154	2,4%
MULTAS E JUROS SOBRE ITCD	23.889	23.930	0,2%
DÍVIDA ATIVA DE ICMS	340.546	222.637	-34,6%
DÍVIDA ATIVA IPVA	164.620	128.183	-22,1%
DÍVIDA ATIVA ITCD	7.703	8.329	8,1%
TOTAL	60.344.564	60.981.382	1,1%
Fonte: RMA			
Elaboração: DIEF/SAIF/SEF-MG			

RECEITA TRIBUTÁRIA - LOA X 2020			
VALORES CORRENTES (EM R\$ 1.000)			
TRIBUTOS	JAN A DEZ		VARIAÇÃO LOA (%)
	LOA	REALIZADO	(R\$)

ICMS	53.101.043	51.803.420	-1.297.623
IPVA	6.004.836	5.760.203	-244.633
ITCD	783.262	969.087	185.825
TAXAS SEF	1.386.215	1.267.022	-119.193
MULTAS ISOLADA ICMS	32.302	25.854	-6.448
MULTAS E JUROS SOBRE ICMS	396.812	451.564	54.752
MULTAS E JUROS SOBRE IPVA	304.487	321.154	16.667
MULTAS E JUROS SOBRE ITCD	23.976	23.930	-46
DÍVIDA ATIVA DE ICMS	300.005	222.637	-77.368
DÍVIDA ATIVA IPVA	121.395	128.183	6.788
DÍVIDA ATIVA ITCD	5.574	8.329	2.755
TOTAL	62.459.907	60.981.382	-1.478.525

Fonte: RMA

Elaboração: DIEF/SAIF/SEF-MG

A pandemia, decretada em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde, ocasionou impactos na economia de Minas Gerais com repercussões na arrecadação tributária. Traçando uma comparação com a previsão da LOA para 2020, a receita tributária alcançou 97,6% do previsto, tendo sido negativamente impactada de modo mais intenso entre os meses de março a julho, retomando paulatinamente o crescimento nos meses seguintes e minimizando a perda anual para apenas 2,4% (negativo). Apesar do desempenho contraproducente, cabe ressaltar que os valores para LOA 2020 foram aprovados em 2019, momento em que não se vislumbrava qualquer cenário de anormalidade e proporções determinados pela pandemia.

Tal resultado se deu em grande medida pela sinergia e imediata reação ao novo contexto, com vista à readequação da infraestrutura do Fisco do Estado de Minas Gerais em curtíssimo prazo, sem necessidade de investimentos financeiros. Dentre elas, destaca-se a implantação rápida de mudanças essenciais capazes de proporcionar tempestivamente as primeiras adaptações de estruturas e processos à nova realidade, como: urgente implantação do teletrabalho, utilizando a ferramenta Teams, viabilizando o acesso imediato de 333 usuários ativos para 2.767 usuários ativos, com ampliação do VPN de 250 para 3.500 usuários simultâneos; acesso remoto a todos os sistemas, aplicações e serviços acessíveis para os usuários da SEF/MG; disponibilização das aplicações corporativas com acesso via internet ou Portal Office; redirecionamento de atendimentos presenciais para modalidade remota ou via agendamento; análise e estudos de alterações na legislação para simplificação imediata de processos e serviços; aperfeiçoamento e intensificação dos canais virtuais de comunicação.

Dentro deste contexto, em 2020 reafirmamos o nosso compromisso com as boas práticas da administração tributária, quanto à atuação na recuperação de receitas tributárias e intensificação no combate à sonegação fiscal, mediante a otimização do controle e do direcionamento das ações, por meio do desenvolvimento e aplicação de inteligência analítica às atividades fiscais. Ênfase nas diretrizes para o aprimoramento de política tributária de incremento, atração e retenção de investimentos no Estado. Aperfeiçoamento das estratégias da recuperação do crédito tributário, com foco na sua qualidade e liquidez, aumentando a recuperação do crédito, sobretudo por meio da possibilidade de parcelamentos para os contribuintes que haviam perdido o prazo nesse momento de crise.

1.1 Foco no ICMS

O ICMS, principal fonte de receita do Estado apresentou um desempenho anual, em relação a igual período de 2019, positivo de 1,5%, ou seja, cerca de R\$ 775 milhões. Em relação aos setores com expressiva participação na receita de ICMS, em 2020 o comércio destacou-se como o setor com maior arrecadação, superando o setor de combustíveis, principal setor em arrecadação.

VALORES CORRENTES (EM R\$ 1.000)				
SETOR	2019 (1)	2020	VARIAÇÃO	%
Comércio	10.770.941	10.257.106	-4,77%	19,80%
Combustíveis	9.678.900	9.896.464	2,25%	19,10%
Energia	6.999.543	6.627.063	-5,32%	12,79%
Indústria	3.769.107	4.299.969	14,08%	8,30%
Demais Setores	19.810.240	20.722.818	4,61%	40,00%
TOTAL	51.028.731	51.803.420	1,52%	100,00%
Fonte: RMA				
Nota: ICMS principal sem Multas, Juros e D. Ativa				

1.2 Foco no desempenho das outras Receitas Tributárias

Quanto ao IPVA, o movimento observado foi parecido com o do ICMS, com relação muito baixa do realizado em relação ao previsto nos meses de março, abril, maio e julho e recuperação desses indicadores a partir daí, fechando 2020 com crescimento de 3,8% em relação a 2019, acréscimo de 211 milhões de reais. Importante salientar que nesse período houve a suspensão do protesto dos débitos do imposto. Vários contribuintes que não efetuaram o pagamento durante o apogeu da pandemia buscaram regularizar a situação ao final de 2020. No ano de 2020, o emplacamento de veículos 0 Km sofreu queda significativa de 31,0% em relação a 2019.

Já os valores de arrecadação de ITCD não foram fortemente atingidos pela pandemia, conforme observado pela maioria dos valores realizados positivos em 2020. Contribuiu para esse resultado a inclusão das instituições financeiras como responsáveis pela retenção do ITCD sobre a Previdência Complementar.

A arrecadação de Taxas, comparando-se à performance da receita realizada versus a prevista, sofreu reveses negativos mais fortes no ápice da pandemia, meses de abril, maio e junho de 2020. A partir de julho de 2020, esse indicador passou a ser positivo, demonstrando que os contribuintes pagaram os débitos que não foram cumpridos no primeiro semestre do ano em análise. O recolhimento das taxas de controle da SEF em 2020 teve uma queda significativa em relação a 2019, com redução 7,7%. A decisão judicial desfavorável à cobrança da Taxa de Incêndio foi determinante para o desempenho negativo das taxas administradas pela SEF/MG. Destaque negativo para a Taxa de Fiscalização de Recursos Minerais (TFRM), que apresentou decréscimo de 12,6% em 2020 se comparado a 2019.

2. PRINCIPAIS AÇÕES E MEDIDAS ADOTADAS QUE IMPACTARAM A ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA EM 2020, COM ÊNFASE NO ICMS

2.1 Ações de Controle Fiscal

Em 2020, utilizando-se de suas ferramentas de inteligência analítica, a Receita Estadual desenvolveu diversas ações de controle fiscal, aumentando a velocidade, amplitude e profundidade da atividade fiscal, com impactos sistêmicos nos segmentos econômicos priorizados.

Por meio da admissão de tecnologias digitais ao processo de Auditoria Fiscal, foram desenvolvidos e aprimorados 39 bancos de levantamento de indícios de irregularidades, disponibilizados para a execução de procedimentos fiscais auxiliares, permitindo uma regularização de receita da ordem de R\$ 1,5 bilhão (crédito tributário original).

A Receita Estadual desencadeou 34 operações especiais no decurso do ano de 2020 com o objetivo de atuar em fraudes heterodoxas, combatendo sonegação, crime organizado, empresas noteiras, vendas sem documento fiscal, subfaturamento, concorrência desleal, lavagem de dinheiro, em áreas importantes com reflexos determinantes à economia do Estado. Ressalta-se a constituição de forças-tarefa com o

Ministério Público e Advocacia Geral, dentre outros, para a execução de operações fiscais estratégicas no combate à sonegação fiscal estruturada.

Por meio de sua atuação o fisco buscou reestabelecer o equilíbrio concorrencial entre contribuintes em ações distribuídas em todo o território mineiro e nos mais diversos segmentos econômicos, devolvendo (ingressos no caixa) aos cofres públicos em 2020 mais de R\$ 1,125 bilhão sonegados, além dos montantes que serão recebidos por Minas Gerais nos próximos anos, fruto dos parcelamentos feitos por aquelas empresas que foram trazidas para a regularidade fiscal.

Além disso, as unidades da Receita Estadual elaboraram e encaminharam ao Ministério Público 272 Autos de Notícia-Crime, correspondentes a 693 Processos Tributários Administrativos relacionados a infrações tributárias, com saldo original de R\$ 647 milhões e saldo dos PTA igual a R\$ 621 milhões. A recuperação efetiva de ativos em 2020 (dinheiro em caixa) resultou em R\$ 7,3 milhões.

Os processos de fiscalização verticalizada alcançaram toda a cadeia de circulação de mercadorias, do industrial ao consumidor final. No segmento de combustíveis, 1806 contribuintes foram verificados, sendo identificados 134 com irregularidades que totalizaram R\$ 169,9 milhões.

Em dezembro de 2020, com o intuito de atender às sugestões apresentadas pelos contribuintes e contadores, foi disponibilizada uma nova versão do Módulo da Autorregularização no SIARE, que é um sistema no qual o contribuinte pode antecipar à ação fiscal e regularizar possíveis pendências com os cofres públicos. Esta nova versão permite que o contribuinte possa regularizar o valor parcialmente e inserir as justificativas e comprovações para análise posterior do Fisco.

Neste sentido, desde o início do sistema em 2018, foram disponibilizadas eletronicamente 5 malhas, distribuídas em 15 lotes, que permitiram a formalização de um crédito tributário original no valor de R\$ 524 milhões, com ingresso em caixa de R\$ 182 milhões.

No setor de aduana, os processos de Desembaraço continuam sendo simplificados por meio do Visto Eletrônico, substituindo um processo presencial por uma rotina eletrônica, mais ágil e eficiente. Além disso, foi aprimorado o sistema automático (Canal Verde) de desembaraço de importações, dispensando o exame documental e verificação física de mercadorias destinadas ao importador mineiro que promover o desembaraço em Minas Gerais.

Dessa simplificação resulta, atualmente, que 100% das importações no Estado são desembaraçadas por meio completamente eletrônico; as mercadorias, em média, não ficam aguardando a ação do fisco nem por um dia. Frutas e pescados, frescos ou perecíveis, também foram alvos de procedimento fiscal especial para que possam chegar a seus consumidores no mesmo estado em que foram pescados ou colhidos. Outros 40% das operações de importação são liberadas de forma imediata, com conferência posterior de sua regularidade, por meio do programa Canal Verde e de Operadores Econômicos Autorizados – OEA. (Em 2020 foram 169 contribuintes com dispensa do visto prévio no desembaraço em Minas Gerais).

Ainda, Minas Gerais foi a primeira unidade da federação a integrar seus sistemas ao Portal Único Siscomex. No final de 2020, o Portal passa a ser utilizado tanto para as importações com exoneração integral, parcial ou pagamento integral, garantindo maior agilidade no atendimento aos importadores e redução de impressão de papel.

Todas estas ações são parte de um amplo conjunto de medidas para o estímulo ao empreendedorismo e para o fortalecimento da economia de Minas Gerais.

Por fim, com a implantação da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e), conforme cronograma da Resolução 5.234/2019, somente em 2020 foram emitidas mais de 1,815 bilhão de documentos no ano.

2.2 Medidas no campo da Política Tributária

Entre as diretrizes para a política de concessão de incentivos fiscais, vale destacar as iniciativas orientadas para o aprimoramento da política tributária de incremento, atração e retenção de investimentos no

Estado, resultando na aprovação de novos empreendimentos, com investimentos da ordem de R\$ 20,2 bilhões e a geração de 15.388 novos empregos diretos.

Destaca-se, ainda, a simplificação da escrituração e apuração do ICMS pelos contribuintes e do controle e acompanhamento pelo Fisco, a padronização e uniformização dos tratamentos tributários por segmento econômico, bem como a garantia da segurança jurídica assegurada pelo fiel cumprimento da Lei Complementar 160/2017 e do Convênio ICMS 190/2017.

Realizada a organização, a estruturação e a padronização de 6 novos Tratamentos Tributários Setoriais (TTS) e a revisão de 33 TTS já em vigor, objetivando, principalmente, proporcionar maior transparência do serviço prestado, isonomia tributária, igualdade competitiva e livre concorrência nas operações.

Ainda relacionado aos tratamentos tributários setoriais, foi implantado no SIARE o sistema “Regimes Especiais Automatizados”, que permite a concessão automatizada de regimes especiais para o contribuinte, por segmento. Em 2020, três segmentos já estão disponibilizados para a concessão automatizada no sistema: indústria de calçados, indústria de confecções e o corredor de importação (Resolução nº 5.424, de 14 de dezembro de 2020).

A medida de simplificação tem seu embasamento legal por meio do DECRETO Nº 47.925. (24/04/2020) que inclui o art. 64-A ao Regulamento Do Processo E Dos Procedimentos Tributários Administrativos – RPTA, aprovado pelo DECRETO Nº 44.747, DE 3 DE MARÇO DE 2008.

Foram efetuados o registro e o depósito de todos os atos concessivos a contribuintes mineiros por extensão, ou seja, tem cumpridas todas as exigências do Convênio ICMS 190/2017 durante o ano de 2020, bem como a atualização no Regulamento do ICMS dos prazos estabelecidos na Cláusula Quarta do referido Convênio ICMS 190/2017.

Realizadas melhorias no módulo de regime especial para os ajustes sobre os serviços e rotinas relativos ao lançamento da Taxa de Controle e Manutenção de Regime Especial e revogação do respectivo regime especial em razão de inadimplência da Taxa. Em 2020, a arrecadação com essa Taxa ficou na ordem de R\$ 6,8 milhões. Para o exercício de 2020, tendo em vista o aprimoramento dos processos de controle, foram aplicadas, de ofício, as hipóteses de isenção da Taxa, previstas no art. 91 da Lei n.º 6.763/75, traduzindo em simplificação para o contribuinte relativamente a pedidos de isenção.

Manutenção e aprimoramento de relatório e base de dados para acompanhamento de todos os protocolos relativos a pedido de regime especial, para atendimento ao disposto no art. 225-B da Lei 6763/75.

Expedidos 17 Comunicados relativos a TTS Novos, em cumprimento ao disposto no § 8º do art. 225 da Lei 6.763/75, alcançando: 905 contribuintes D/C e aproximadamente 3.500 contribuintes do Simples Nacional.

Realizadas 7 reuniões temáticas, TEC, FIEMG, Superintendências Regionais de Fazenda e centralizadas: apresentação e esclarecimentos sobre a política tributária do Estado relativamente à concessão de benefícios fiscais, atração de investimentos, Lei Complementar 160/2017 e Convênio 190/2017.

Participação em 7 eventos “Vem pra Minas” para apresentação e esclarecimentos sobre o setor calçadista e fornecedores de insumos; setor metal mecânico; comércio exterior; e-commerce; produtos médico hospitalares; setor metal mecânico; TTS para o setor moveleiro.

Realizadas 491 reuniões com os contribuintes, conjuntamente com a Diretoria de Análise de Investimentos para esclarecimentos e abordagem sobre investimentos no Estado de MG.

Destaque para as principais publicações de legislação tributária estadual em 2020:

- Decreto nº 47.976, de 08/06/2020. Regulamenta a Lei nº 23.637, de 30 de abril de 2020, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD –, nos casos que especifica, em razão do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19;
- Decreto nº 47.977, de 10/06/2020. Altera o Decreto nº 47.913, de 8 de abril de 2020, que regulamenta a Lei nº 23.628, de 2 de abril de 2020, que autoriza o Poder Executivo a suspender e

prorrogar os prazos que especifica da legislação tributária estadual, enquanto durar a situação de emergência ou o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia de Covid-19, o Decreto nº 47.898, de 25 de março de 2020, que dispõe sobre a suspensão de prazos e altera o Regulamento do ICMS, e o Decreto nº 47.940, de 6 de maio de 2020, que estabelece prazo excepcional para o pagamento do IPVA, nas hipóteses que especifica, em razão da situação de emergência ou do estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do Coronavírus – COVID-19, e dá outras providências;

- Decreto 48.075/2020, de 05 de novembro. Altera o Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002. Altera para 129% a MVA prevista no item 24.0 do Capítulo 2 da Parte 2 do Anexo XV do RICMS, relativa às operações sujeitas ao regime de substituição tributária com vinhos importados;
- Decreto nº 48.052/2020. Altera o Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002 (Regulamenta os Convênios ICMS 52/20 e 80/20 para conceder isenção do ICMS nas operações com o medicamento destinado a tratamento da Atrofia Muscular Espinhal – AME).
- Decreto nº 48.029/2020. Altera o Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002 (Regulamenta o Convênio ICMS 63/2020, que concede isenção do imposto nas operações de importação e de aquisição de mercadorias que especifica, para utilização no âmbito das medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento à pandemia causada pelo novo agente do Coronavírus.).
- Anteprojeto de Lei 02/2020. Institui o Programa Nota Fiscal Mineira.
- Decreto 47.996/2020. Estabelece, em caráter excepcional, a possibilidade de parcelamento de saldo remanescente de crédito tributário com os benefícios previstos no Decreto nº 46.817, de 10 de agosto de 2015, que estabelece procedimentos para pagamento incentivado de débitos tributários - Programa REGULARIZE (Permite o parcelamento de saldo remanescente de crédito tributário com os benefícios do programa REGULARIZE, previsto no Decreto nº 46.817/2015, para contribuintes que já tenham efetuado parcelamento, desde que o contribuinte requeira o novo parcelamento até 30/09/2020).
- Decreto nº 48.099/2020, 29/12/2020. Regulamenta o Convênio ICMS 59/20, que trata da isenção do ICMS na saída de veículo automotor novo para pessoa portadora de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autista;
- Decreto nº 48.103/2020, 30/12/2020. Altera o Código de Defesa do Contribuinte do Estado de Minas Gerais, tendo em vista a decisão proferida pelo STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5002 - MG;
- Decreto nº 48.104/220, 30/12/2020. Disciplina a operação de importação objeto de contrato de arrendamento mercantil, em consonância com a decisão do STF exarada no RE nº 540.829 (repercussão geral), de 11/09/2014.

No sentido de promover uma melhor compreensão dos normativos legais, bem como atender a diversas demandas, foram produzidos: 59 pareceres como subsídios às manifestações da AGE em ações judiciais e 05 pareceres da Diretoria de Orientação e Legislação Tributária – DOLT/SUTRI; 231 notas técnicas para fundamentar as propostas contidas em projetos de leis; respondidas 58 consultas internas e 254 consultas de contribuintes sobre a aplicação e interpretação da legislação tributária.

Analizados 1.820 protocolos relativos a pedido ou alteração de regime especial, resultando a concessão ou deferimento de 1.280 regimes especiais e indeferidos 540 pedidos.

Em 2020, foram publicados 15 Comunicados (SUTRI e SRE), 132 Portarias (SUTRI e SRE); 32 Resoluções, 110 Decretos normativos, 8 Leis.

Celebrados protocolos de intenções que resultaram empreendimentos em diversos setores da atividade econômica mineira na ordem de R\$ 20,2 bilhões, com expectativa de geração de 15.388 empregos diretos e indiretos – atração de novos investimentos. No mesmo ano de 2020, entraram em processo de

análise Projetos e Protocolos de Intenções que podem resultar em R\$ 43,2 bilhões em investimentos e a geração de 49.625 empregos diretos e indiretos.

2.3 Ações de cobrança administrativa, de gestão da dívida ativa e da qualidade do Crédito Tributário

No que se refere à atuação na recuperação do crédito tributário, foram adotadas estratégias como: foco na qualidade e liquidez do crédito tributário; simplificação de parcelamentos, ampliação das formas de recebimento do crédito; intensificação da cobrança administrativa; encaminhamento de PTAs para protesto e controle do omissos de recolhimento.

No que se refere às ações de crédito tributário solucionado, temos: R\$ 3,04 bilhões de créditos formalizados solucionados (Administrativo e Dívida Ativa); R\$ 475,6 milhões de omissos de recolhimento solucionados; resultado de R\$ 183,9 milhões de PTAs encaminhados para protesto, além de contarmos com R\$ 4,53 bilhões de carteira de parcelamento em vigor.

Cumpramos destacar aumento da recuperação do crédito em decorrência da possibilidade de reparcelamentos para os contribuintes que haviam perdido o prazo em virtude da crise ocasionada pela pandemia da Covid-19. Com a publicação do Decreto 47.996, ocorrida em 1º/07/2020, que autorizou o reparcelamento dos créditos no Programa Regularize, recuperamos boa parte dos parcelamentos perdidos no 1º semestre, que somavam cerca de R\$ 700 milhões (21 mil contribuintes), dando nova oportunidade de regularização a estes contribuintes. Ao longo de 2020, foram concedidos 127 mil novos parcelamentos, totalizando 2,88 bilhões.

TRIBUTOS	Qtde	Valor Parcelado
ICMS	20.417	2.573.727.177,48
IPVA	99.164	202.275.595,93
ITCD	3.894	86.626.629,02
TAXAS	2.907	20.352.659,97
OUTRAS	981	2.709.609,46
TOTAL	127.363	2.885.691.671,86

Em relação à intensificação da cobrança administrativa, R\$ 1,94 bilhão ingressou no Caixa do Estado (incluído nesse montante tanto a recuperação de créditos que estavam em fase administrativa quanto créditos de dívida ativa).

Com o propósito de fazer de Minas Gerais um estado com menos burocracia para os empreendedores, a Secretaria de Fazenda decidiu revisar todos os processos das chamadas obrigações acessórias, que são os deveres administrativos que consomem tempo e recursos das empresas. Em relação à gestão do crédito, destaca-se:

- Processo Tributário Administrativo eletrônico (e-PTA), que possibilita a eliminação de documentos físicos e permite maior controle e automação dos fluxos de trabalho, dando mais agilidade aos processos.

- Disponibilização na internet de simulação e contratação de parcelamentos de ITCD vencido e formalizado, inscrito ou não em dívida ativa.

É importante ressaltar que o Processo Tributário Administrativo Eletrônico (e-PTA) – concorreu no Inova Minas Gerais 2020, conquistando o segundo lugar na modalidade “Inovação em Políticas Públicas”.

2.4 Ações de arrecadação e informações econômico-fiscais

- Implementação do ARMAZÉM NFC-e (Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica) - auxiliando o monitoramento dos PMPF – Preços Médios Ponderados Finais e MVA – Margens de Valores Agregados dos regimes de ST – Substituição Tributária, também de potencial utilidade futura para as aferições do projeto NFM – Nota Fiscal Mineira e dos controles fiscais diversos.
- Continuidade do ARMAZÉM RAIS - para verificação dos compromissos sociais assumidos pelos signatários de protocolos de intenções com o governo de Minas Gerais, em especial da geração de empregos. Essa aplicação oferece subsídios também nos feitos fiscais, pois permite visualizar vinculação de contribuintes e empregados (coobrigados) e para a gestão do crédito tributário.
- Atualização do Relatório de Integração das fontes de informações da SEF/MG no COGNOS, para controle dos omissos e de dados em desacordo, para reduzir omissão e sanear as informações prestadas pelos contribuintes na EFD.
- Desenvolvida no COGNOS a aplicação customizada “Relatório Diário do Movimento Econômico e Fiscal”, trazendo uma evolução automática e contínua das quantidades e valores de NF-e, CT-e, NFC-e emitidos, com visibilidade gráfica gerencial parametrizada e setorizada, permitindo um monitoramento atualizado da situação econômica e fiscal acumulada no Estado no mês, no mês anterior e do mesmo período do ano anterior.
- Readequação dos ARMAZÉNS DAPI e ARMAZÉM RECEITA nos novos ambientes analíticos da SEF/MG, atualizados com as novas versões das declarações e de ajustes na atividade da receita.
- Otimizado e atualizado o ARMAZÉM REGIMES ESPECIAIS, de gestão da SUTRI, com utilidade para os diversos órgãos da SEF/MG no tocante às informações dos contribuintes detentores de regimes especiais de tributação.

2.5 Medidas para aperfeiçoamento e simplificação do atendimento ao contribuinte:

Os serviços fazendários sempre foram pautados no alto nível de excelência e na satisfação do contribuinte, preferencialmente prestados no formato eletrônico e com ênfase na simplificação dos processos e serviços. Com a instituição do teletrabalho para todos os servidores do Governo do Estado de Minas Gerais, em decorrência da pandemia COVID-19, o Fisco do Estado de Minas Gerais deu continuidade às suas atividades em teletrabalho, através do redirecionamento do atendimento para canais remotos, sem custos adicionais e em tempo recorde, em parceria com a Superintendência de Tecnologia e Informação, buscando assim garantir a segurança e saúde de nossos servidores e contribuintes.

O atendimento foi orientado na forma virtual como padrão, através do redirecionamento para canais remotos, e presencial, preferencialmente agendado, com ênfase na ampliação do alcance, capilaridade e melhor acessibilidade dos serviços.

Adotamos medidas de apoio ao contribuinte durante o período mais crítico da crise, suspendendo ou prorrogando prazos de obrigações tributárias acessórias e priorizando as simplificações. Participamos de força tarefa, com o MPMG, para combater o aumento abusivo de preços de insumos e produtos utilizados no combate e prevenção à Covid-19, entre outras medidas de proteção à sociedade.

O uso frequente de lives e videoconferências contribuiu para estreitar a relação fisco-contribuinte, bem como a relação da Receita Estadual de Minas Gerais com órgãos e instituições do Estado e das demais unidades da federação.

Abaixo, segue detalhamento das principais realizações e ações com foco no aperfeiçoamento e simplificação do atendimento ao contribuinte:

- Início em 01/09/2020 do **Desobrigar DAPI** - com opção facultada aos contribuintes que participaram do projeto piloto a que se refere o Anexo Único da SRE Nº 177, de 26 de agosto de 2020. A SEF passou a gerar o conta corrente fiscal a partir da EFD para os 16 Contribuintes que participaram do Projeto Piloto, atendendo demanda do GT de Simplificação de Processos (card nº 7 do Tema Livros, Registros e Documentos Fiscais).
- **Geração da DAMEF a partir da EFD**, atendendo demanda do GT de Simplificação de Processos (card nº 6 do Tema Livros, Registros e Documentos Fiscais). Este sistema ainda está sendo corrigido para geração dos arquivos de retorno completo às prefeituras, validação pelas mesmas e publicação do índice do VAF relativo ao exercício de 2019.
- **Implantação da REDESIM** em 10/12/2020, automatizando os processos de cadastro de Contribuintes do ICMS e, atendendo ao GT de Simplificação de Processos (card nº 1 do Tema Inscrição Estadual), gerando IE para as empresas que foram criadas apenas com a atividade principal de interesse da SEF e publicação desta tabela no site da SEF.
- Criação do **Fale com a AF - IPVA e TRLAV**, com a finalidade de agilizar e solucionar demandas do cidadão com serviços ou etapas de serviços de IPVA e TRLAV, abaixo relacionados, não disponíveis no SIARE, bem como reduzir os custos envolvidos no atendimento presencial tanto para o cidadão quanto para o governo. O atendimento ocorre a nível estadual, com exceção de Belo Horizonte, e é realizado por especialistas de toda a SEF, independente da circunscrição do demandante. Foi implantado no dia 14/12/2020 e para isto foi disponibilizado um novo canal para o atendimento.
 1. IPVA - acerto de pagamento guia /duplicidade
 2. TRLAV - regularização – taxa de licenciamento
 3. IPVA - isenção – dúvidas
 4. IPVA - restituição – dúvidas
 5. IPVA - programa bom pagador
 6. IPVA - revisão de base de cálculo – dúvidas
 7. IPVA - cadastro de locadoras – dúvidas
 8. IPVA - regularização impedimento / autuado / protesto
 9. IPVA - parcelamento indisponível na internet
 10. IPVA - leilão / impedimento

A equipe é composta por um grupo de servidores especialistas alocados em vários lugares do Estado, que realizam o atendimento via WEB do cidadão, independentemente da localização do interessado. Sem a necessidade de deslocamento do cidadão para resolver suas demandas relacionadas a veículos, este novo canal torna a prestação destes serviços mais eficiente, reduzindo o contingente de servidores envolvidos na atividade, melhorando o tempo de atendimento ao cidadão e trazendo a comodidade do atendimento digital.

O link para acesso aos canais de atendimento digital Fale Com a AF está disponível no site da SEF, no menu ATENDIMENTO > Fale com a AF, ou no link direto <http://www.fazenda.mg.gov.br/atendimento/fale-com-a-af-geral/>

- Criação das **AFs Virtuais nas SRF/Uberlândia e SRF/Montes Claros**, para atendimento regionalizado e centralizado dos serviços de Isenção ICMS/IPVA para PCD e Profissional Autônomo (Taxistas) em Uberlândia e Restituição IPVA/TRLAV em Montes Claros. Na AF Virtual, temos a recepção dos requerimentos efetuados por contribuinte/cidadão de qualquer município da

circunscrição da Superintendência, e a execução destes é realizada por especialistas com perfil de análise na AF/Virtual, que estão, também, lotados em qualquer AF da circunscrição dessas SRFs.

- Disponibilização da **nova estrutura dos serviços da SEF**, no menu “Serviços” do Portal da SEF, com as adequações das informações exibidas aos referidos normativos (Lei nº 13.460/17 e Decreto nº 47.441/18). A maioria dos serviços da SEF já é prestada virtualmente, seja via sistemas próprios como o SIARE ou via atendimento digital por e-mail. Foi disponibilizado, então, de maneira simples e intuitiva, os mais de 130 serviços ofertados atualmente pela Secretaria de Estado de Fazenda. (<http://www.fazenda.mg.gov.br/servicos>)

A navegação pelo catálogo de serviços é dividida inicialmente por público-alvo:

- Cidadãos – atendimento a pessoas físicas;
- Empresas – pessoas jurídicas com IE;
- Produtor Rural Pessoa Física;
- No grupo “Outros”, estão incluídos serviços como Nota Fiscal Avulsa, Certidão de Débitos Tributários para não inscritos, Prefeituras, Escolas, e outros assuntos pontuais.

Após escolher o público-alvo adequado, são apresentadas ao contribuinte/cidadão listas de serviços organizadas por Temas, tais como “Veículos”, “Herança e Doações”, “Cadastro”, “Notas Fiscais”, etc.

Procuramos identificar os serviços de forma que o interessado possa ter todas as informações necessárias para resolver o que precisa, acessando a página correspondente. Em cada página, o usuário encontrará informações sobre objetivo e público-alvo, legislação aplicável, valor cobrado, passo a passo e links direcionando para o sistema ou local onde a solicitação deverá ser realizada.

- Disponibilização no SIARE de funcionalidade que permite solicitar o cancelamento extemporâneo do MDF-e e possibilidade de o contador solicitar cancelamento extemporâneo para qualquer DF-e.
- Liberação em 03/04/2020 da funcionalidade de emissão especial da NFA permitindo que o PRPF ou suas associações ou sindicatos emitam NFA sem depender da análise da AF e com prazo para pagamento do respectivo DAE, quando for o caso, atendendo demanda do GT de Simplificação de Processos (card nº 8 do Tema Nota Fiscal).
- Dispensa de IE ao contribuinte de outra UF, do Simples Nacional, que promova vendas apenas a consumidores, nas remessas para depósito temporário em operador logístico. A medida entrou em vigor em 07/10/2020, data da publicação do Decreto nº 48.054, de 06/10/2020, que alterou o RICMS. (CARD nº 2 do Tema Simples Nacional).
- Liberação no SIARE, em 07/08/2020, da funcionalidade de anexar os documentos necessários ao cadastro do PRPF, permitindo o cadastro totalmente online.
- Nova funcionalidade de agendamento para atendimento pelas AFs (piloto na SRF/Varginha concluído em 12/2020).
- Conclusão da simplificação do Bloco K da EFD (Registro de Controle de Produção e Estoque).
- Disponibilização de manuais de escrituração relacionados à complementação e restituição do ICMS ST em função dos novos Registros da EFD (C180, C185, C330, C380, C430, C480, H030, 1250 e 1255), em substituição ao arquivo, dispensado, do SINTEGRA (Registros “10”, “11”, “88STES”, “88STITNF” e “90”).
- Priorização pela relevância dos assuntos mais críticos (intimações, notificações, comunicados e avisos) na demonstração do DT-e, atendendo demanda do GT de Simplificação de Processos.

- Suspensão do prazo para apresentação do DANFE relativo à aquisição de veículo com isenção de ICMS para taxistas e portadores de deficiência e para as aquisições destinadas ao Ministério da Educação com isenção de ICMS e disponibilização da entrega dos documentos pelo SIARE para as solicitações de isenção.
- Simplificação do processo de restituição e de isenção do IPVA, nos casos de furto ou roubo do veículo. Prorrogação do prazo para renovação do regime de redução de alíquota de IPVA para locadoras de veículos. Fixação de prazo excepcional para o pagamento do IPVA de veículos novos adquiridos no período de 03/03/2020 a 30/09/2020. Suspensão do prazo para apresentação da relação dos cooperados ou sindicalizados para fins de renovação da isenção do IPVA (Transporte Escolar).
- Em fase final, a implantação do **Programa Nota Fiscal Mineira**. O aplicativo está pronto para lançamento. Houve a aprovação da Logomarca e o envelopamento do APP. O Portal WEB está pronto e estará apto para ser acessado pelo cidadão com informações essenciais ao Programa. A fase de interface para o SIAFI para elaboração dos processos de pagamento dos prêmios está em desenvolvimento, após a informação de que o GRP não entraria em funcionamento em 2021.

As discussões no GT-Legislação finalizaram o Projeto de Lei e desde novembro de 2020 está em discussão, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, por meio do Projeto de Lei nº 2273/2020. Enquanto isso, a minuta do Decreto que regulamentará a Lei, quando aprovada, está sendo finalizada para envio à SUTRI para a produção do texto em modo de redação técnica definitiva.

- Com o objetivo de ampliar a rede de disseminadores do [Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEFO](#), o **curso de Disseminador de Educação Fiscal** foi hospedado na plataforma da Escola de Formação, da Secretaria Estadual de Educação - SEE, visando flexibilizar a oferta de turmas e propondo alcançar aproximadamente 10.000 educadores/cidadãos no primeiro ano. A 1ª turma de 2020 (piloto) foi formada por professores e outros profissionais da Educação, consolidando a parceria do Grupo de Trabalho de Implementação da Educação Fiscal - GIEF nas Secretarias de Estado Fazenda e de Educação.
- Inovação no **Projeto Diálogos e Reflexões**, com a criação do projeto para a sociedade em geral, por meio do endereço @educfiscalmg do Instagram, com programas semanais realizados nas terças-feiras, às 16h, a partir de maio, e no Youtube Educação Fiscal MG, a partir de novembro, totalizando mais de 10.000 acessos, com os temas: Produtor Rural, Sistema Tributário Nacional, RedeSim, Autorregularização, AF Virtual, buscando realizar a visão da SEF de “Ser a melhor Administração Tributária e Financeira do Brasil: inovadora e orientada ao cidadão”.
- Criação do **Aplicativo Cidade Legal**, desenvolvido por um servidor da SEF, com a participação da SEE, no intuito de ser uma ferramenta didático pedagógica. O APP está disponível na página da Educação Fiscal, do portal da SEF/MG

Belo Horizonte, 09 de março de 2021.

Ednei Torres Zulli

Assessor da Subsecretaria da Receita Estadual

Aline Chevrant Campos

Assessora da Subsecretaria da Receita Estadual

De acordo.

OSVALDO LAGE SCAVAZZA
Subsecretário da Receita Estadual



Documento assinado eletronicamente por **Aline Chevrant Campos, Assessor (a)**, em 09/03/2021, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ednei Torres Zulli, Auditor(a) Fiscal da Receita Estadual**, em 09/03/2021, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Oswaldo Lage Scavazza, Subsecretário da Receita Estadual**, em 09/03/2021, às 18:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **26503949** e o código CRC **A8D0DF52**.